



DIREITO EMPRESARIAL

 **Estratégia**
OAB

III – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Renato é credor de Nilo Comércio de Telas Ltda, sociedade devidamente registrada perante órgão competente, pela quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) representada por duplicata vencida, não paga e devidamente protestada para fins falimentares.

Em virtude da documentação que possui, Renato requereu em 18.12.2018, perante o Juízo de Falências e Recuperação Judicial de Tuiuti/SP, a falência de Nilo Comércio de Telas Ltda.

O pedido foi contestado, mas ao final da instrução probatória, o juízo daquela comarca houve por bem decretar a falência da sociedade.

Com base nas informações acima, e considerando que o título havia sido protestado em 18.8.2015 e que a sociedade encerrou suas atividades em 19.8.2016, com a devida baixa junto ao Registro Público de Empresas e desde então nunca mais praticou nenhum ato de comércio, elabore a peça processual cabível, lembrando que na Comarca de Tuiuti/SP os processos ainda não tramitam por meio eletrônico.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A empresa Garcia Comércio de Peças e Acessórios para Carros Antigos, devidamente registrada perante a Junta Comercial, atua no segmento de venda de peças de carros de coleção há mais de 20 anos, mas em razão de dificuldades financeiras, possui dívidas de natureza civil, decorrentes de letras de câmbio, cheques e duplicatas inadimplidas e devidamente protestadas, sendo que 10 é a totalidade de credores da empresa, sendo todos quirografários.

Para viabilizar a continuidade de seu comércio, o empresário Antonio que nunca sofreu falência ou enfrentou ação de recuperação judicial decide reunir todos os seus credores e apresenta um plano recuperação extrajudicial, propondo um deságio de 80% (oitenta por cento) dos juros decorrentes da mora, um prazo de carência de 15 meses para início do pagamento das dívidas, que no primeiro ano será quitada à base de 10% (dez por cento), 40% (quarenta por cento) no segundo ano e 50% (cinquenta por cento) no terceiro ano.

Em razão de 07 (sete), dos 10 (dez) credores serem apaixonados por carros antigos e de Antônio ser o único comerciante de peças do ramo na localidade onde atuam esses credores conseguiu a anuência destes por escrito, contudo amargou a negativa dos demais.

Com base na assertiva acima, responda:

- a) O pedido de recuperação está dentro dos ditames legais?
- b) Mesmo não havendo concordância de todos os credores a recuperação extrajudicial pode ser homologada?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Companhia Rossi de Seguros e Previdência Privada SA verificou em seu último balanço patrimonial que o passivo é muito maior do que o ativo, fato este que culminou na decretação de sua liquidação extrajudicial.

Por ocasião de referida liquidação extrajudicial 300, dos 400 credores quirografários, deixaram de receber o que lhe era de direito, tendo em vista que o ativo restante não foi suficiente para saldar seus créditos.

Por tal motivo, reuniram-se em litisconsórcio, porque seus créditos ultrapassavam R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), e aproveitaram que um dos credores havia protestado o título com fins falimentares e requereram a falência da Companhia Rossi de Seguros e Previdência Privada SA que foi julgada improcedente pelo Juiz competente, sob o argumento de que a ré não se sujeitava ao regime de falência e já havia sido decretada sua liquidação extrajudicial.

Em razão do exposto pergunta-se:

a) O juiz agiu corretamente ao julgar improcedente o pedido de falência?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Samuel é credor de LUZ Comércio de Acessórios Elétricos Ltda pela quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representadas por um cheque executado judicialmente e dentro prazo legal, da qual a empresa executada ficou-se inerte após a citação, deixando transcorrer por completo o prazo para pagamento, parcelamento ou defesa.

Frustrado com a impossibilidade de receber seu crédito, Samuel lhe procura questionando se há possibilidade de aplicação da Lei 11.101/05 no seu caso.

Responda as expectativas de Samuel, fundamentando sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

YZF Participações Ltda é empresa devidamente constituída e registrada na Junta Comercial, desde o ano 2000.

Ocorre que nos últimos 03 anos enfrenta sérias dificuldades financeiras e estuda com seus advogados a possibilidade de requerer recuperação judicial.

Antes de concluir pelo pedido almejado, é regularmente citada de pedido de falência manejado por 02 credores que preenchem os requisitos da Lei Falimentar, sendo que encontra-se no curso do prazo para apresentar contestação.

Com base na situação hipotética, responda se ainda é possível requerer recuperação judicial.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

